

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EM UMA UNIVERSIDADE PRIVADA: CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA – ÊNFASE NA PÓS GRADUAÇÃO

Paulo A. Cauchick Miguel - pamiguel@unimep.br

Núcleo de Gestão da Qualidade e Metrologia – FEMP - UNIMEP

Rod. SP 306, km 1, 13450-000 Santa Bárbara d'Oeste, SP, tel.: 19 3124 1797

Clayton A. Cardoso de Moraes - clayton@melfinet.com.br

Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – Faculdade de Engenharia

Mecânica e de Produção (FEMP) – UNIMEP; tel.: 17 632-1720

***Resumo:** O objetivo deste trabalho consiste na discussão de uma proposta de avaliação institucional que possa contribuir para a melhoria da qualidade em instituições de ensino superior, especialmente em cursos de pós-graduação. O trabalho busca considerar as mudanças que têm ocorrido atualmente no cenário do ensino superior, sendo também discutido a necessidade de processos de avaliação da qualidade por meio de um programa de avaliação institucional. O artigo também destaca a busca por uma melhor qualidade de ensino e o processo de avaliação institucional para melhoria da gestão e do ensino em instituições de ensino superior.*

***Palavras-chave:** Engenharia de produção, gestão da qualidade, avaliação institucional, pós-graduação.*

1. INTRODUÇÃO

As empresas estão passando por uma fase de rápidas transformações, onde a revolução que ocorre no ambiente, em âmbito mundial, tem provocado uma competição sem fronteiras, aumentando a velocidade das descobertas tecnológicas e a busca por maior produtividade. Um aspecto relevante nesse novo ambiente é a capacitação da força de trabalho, exigindo uma reestruturação no conjunto de habilidades individuais e em equipe e um portfólio de competências essenciais, combinando tecnologias diversas, aprendizagem coletiva e capacidade de compartilhar.

Essa situação tende a exigir maior intensidade na capacitação das pessoas, de forma a resultar em uma força de trabalho com maior escolaridade, visão global de processo, perfazendo o aumento do patrimônio intelectual das organizações, proporcionando ganhos em termos de competitividade e produtividade. Rodrigues & Figueiredo Neto (2000), por exemplo, salientam que o crescimento econômico está fundamentado no uso de sofisticadas tecnologias e, portanto, é indispensável investir em educação, produzindo uma força de trabalho apta a lidar com essas novas tecnologias.

Essas constantes mudanças que vêm ocorrendo continuamente na esfera global e suas conseqüências atingem significativamente as atividades organizacionais. A busca por maior qualidade e produtividade tem sido fundamental em todos os ramos de negócios, mas que tem emergido consideravelmente no setor de serviços pelo seu desenvolvimento constante nos

últimos anos. Essas alterações provocam mudanças também no setor educacional em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. As Instituições de Ensino Superior (IES) têm sido as responsáveis diretas pelo condicionamento das habilidades requeridas pelo mercado, buscando melhoria do ensino e formação do aluno, não somente relativo às ações pedagógicas, mas também administrativas. Uma das formas de capacitação que é atingida nesse processo são os cursos de pós-graduação, fundamentais para a capacitação das pessoas, seja no âmbito acadêmico como profissional.

Nesse sentido, a proposta desta pesquisa é apresentar as bases de um processo de avaliação institucional. O trabalho também discute alguns aspectos relacionados a qualidade dos serviços educacionais e a busca por uma melhor qualidade no ensino, enfatizando o processo de avaliação institucional em um curso de pós-graduação (mestrado) em engenharia de produção.

2. A QUALIDADE DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS

Segundo Las Casas (1999), uma organização quando fornece qualidade não fornece apenas para o cliente externo, mas com todos os que com ela interage, ou seja, funcionários, administradores, proprietários, as entidades de um mercado, entre outros. Quando o serviço tem a capacidade de satisfazer, é considerado de boa qualidade, e como tal reconhecido pelo cliente, sendo a principal força propulsora da organização. Esse fato ocorre em qualquer tipo de organização, incluindo as IES. Na verdade, ocorre que a qualidade é gerada a partir das expectativas dos clientes, e isso pode ser relacionado em como é estruturada as IES, considerando não somente um bom atendimento dos funcionários, uma boa estrutura física e um completo acervo bibliográfico, ou seja, não são somente esses fatores que formam a principal essência de uma instituição de ensino, embora sejam de extrema importância todas estas características.

Na realidade, a função primordial de uma instituição de ensino com qualidade é proporcionar ensino diferenciado. No entanto, não há um consenso que determine o que é qualidade, pois a mesma é um conceito muito amplo, permeado de diferentes valores, como relata Ximenes (2000), ao afirmar que uma instituição de ensino possui qualidade, se executa bem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O autor complementa sua afirmação, relatando que para alguns uma boa universidade seria aquela que ministra uma adequada formação profissional, enquanto que para outros, o relevante é a formação científica voltada para a pós-graduação. Mais recentemente, também é considerada uma boa instituição de ensino, aquela classificada nos patamares de notas A e B do Exame Nacional de Cursos.

De uma forma ou de outra, a avaliação da qualidade de uma instituição deve considerar não somente aspectos relacionados ao ensino, pesquisa e extensão, mas também avaliações externas pelas quais pode estar sujeita e também avaliação das atividades de sua gestão acadêmica.

2.1. A qualidade no ensino superior

Uma definição mais precisa sobre o que significa qualidade no ensino superior, deve considerar tanto os aspectos pedagógicos mas também os administrativos. Além disso, deve levar em consideração as necessidades de seus clientes, sejam os alunos, ou as organizações industriais ou de serviços, o mercado, e a sociedade que deverão absorver esses alunos. Todas essas exigências devem pautar a definição de um processo formador, condizente com a realidade das habilidades e conhecimentos profissionais necessários, mas sem deixar de envolver os aspectos relacionados a uma educação igualitária e cidadã, digna de uma instituição de qualidade.

Um das expectativas de uma instituição de ensino é a construção e a adoção de uma nova abordagem de ensino, de modo a incorporar aos egressos, a capacidade de investigação e de "aprender a aprender". Este objetivo exige o domínio dos modos de produção do saber na respectiva área, de maneira a criar as condições necessárias para o permanente processo de educação continuada. De acordo com o FORGRAD (2000), o país precisa crescer o seu capital intelectual, não apenas em termos numéricos, mas em termos de uma formação atualizada e que possa proporcionar novos horizontes ao desenvolvimento social e econômico brasileiro.

Freitas e Amorim (2000) relatam o que a sociedade contemporânea exige e espera de uma instituição de ensino: ênfase na sua função social, baseada no princípio voltado ao direito de todas as pessoas à:

- uma vida digna;
- ampliação democratizante do acesso a esse conhecimento;
- integração da prática com a teoria;
- aproximação da academia com o mercado de trabalho;
- ampliação da extensão universitária voltada para a comunidade com a qual deve interagir;
- pesquisa aplicada à demanda dos diversos setores de produção;
- instituição como promotora da cultura e da arte.

A base de toda essa mudança e interação com o ambiente pela qual as instituições estão inseridas, deve ter como foco principal a criação de uma instituição ligada constante e continuamente aos fatores internos e externos, desenvolvendo uma política pedagógica e institucional que vise uma formação heterogênea, adotando uma interface tanto mercadológica como social na construção e disseminação do conhecimento.

No que condiz aos aspectos internos acadêmico-administrativos pela qual deve ser organizada uma instituição, Silva e Fajardo (2000) destacam as seguintes características que devem ter como primazia a sua qualidade:

- ≠ Ambiental: referente à infra-estrutura, ou seja, salas de aula, biblioteca, laboratórios, equipamentos etc;
- ≠ Processos de gestão: relativo ao atendimento e controle dos alunos, calendário escolar, procedimentos administrativos etc;
- ≠ Científico-pedagógica: contemplando os processos de ensino-aprendizagem, currículos etc;
- ≠ Político-institucional: relacionado com a credibilidade da instituição na sociedade.

Segundo Ramos (1992), para se caminhar no sentido de se transformar numa instituição com qualidade, deve-se:

- ≠ Formular um projeto pedagógico com a participação de todo o corpo docente, levando em conta os departamentos afins;
- ≠ Construir um currículo, a partir de expectativas do corpo discente, incorporando conteúdos atualizados exigidos pelo mercado de trabalho, flexíveis para que se possam acompanhar as mudanças históricas, sócio-econômicas e culturais;
- ≠ Trabalhar em função de anseios e necessidades de seus clientes: os alunos;
- ≠ Empregar de forma competente, métodos e técnicas, além de materiais didáticos compatíveis com a maturidade do aluno;
- ≠ Possuir um corpo docente, discente, administrativo, técnico e de apoio completamente comprometido com a filosofia da qualidade.

Lopes e Silva (2000) defendem a idéia de que é no Projeto Pedagógico que a instituição de ensino superior define (e redefine) sua política, sua missão, seus objetivos, inclusive os da qualidade, suas metas e ações, não só referentes à gestão escolar, bem como às áreas técnico pedagógica, científico tecnológica (pesquisa), de extensão comunitária (integração com as

famílias, empresas e comunidade em geral), de infra-estrutura e outras afins. Acreditam que tais metas e ações são passíveis de serem atingidas e realizadas, num determinado período de tempo (por exemplo anualmente), através da constante interação com o ambiente externo (a sociedade), tratando portanto, de um processo continuado e adaptativo.

Não obstantemente, a pressão para a melhoria da qualidade na universidade deve partir, não apenas dos alunos e do mercado de trabalho, mas também do próprio governo federal, podendo ser considerado como um importante estímulo à análise de qualidade do ensino oferecido, por meio das avaliações conduzidas pelo MEC Sesu, para graduação e pela CAPES, para a pós-graduação.

2.2. A busca por uma melhor qualidade de ensino

No que concerne à formação do aluno, é através da conjugação de fatores inter-relacionados como a formação acadêmica, profissional e cidadã que se percebe na prática, a política acadêmica institucional e seus projetos pedagógicos. Uma IES particular, no sentido de ter um ensino diferenciado, deve oferecer um ensino condizente com as necessidades que lhe são impostas, deve procurar desenvolver meios próprios, criando alternativas diferenciadas que a coloque entre os principais centros de excelência na difusão do conhecimento e da pesquisa.

Os dados revelam que a universidade particular é a grande propulsora do ensino brasileiro, ao menos no que tange a aspectos quantitativos, sendo responsável por cerca de 62% dos alunos matriculados em estabelecimentos de ensino superior no país, e como responsável direta pela formação da grande massa de estudantes universitários que aqui se encontram, conforme mostrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Alunos matriculados na rede privada de ensino superior brasileiro.

Total de alunos matriculados no País	2.126.000
Alunos das escolas superiores particulares	1.321.000
Participação do ensino privado no total	62%

(Fonte: Semesp in: Revista Agitação 04/2000, p.39)

Além disso, é de domínio público que a educação é um fator imprescindível para o desenvolvimento de uma nação. Senso assim, é preciso pensar em estratégias políticas, econômicas e sociais que valorizem e priorizem ações, em busca de alternativas para melhorar a qualidade da educação no país. Entretanto, sem uma adequada gestão dos processos acadêmicos e administrativos das IES, estas não se sustentam em seu projeto de qualidade. Destaca-se então, a importância do investimento nos processos de ensino e de gestão acadêmica, enfatizando métodos, técnicas e ferramentas da qualidade que contribuam com a melhoria do nível de aprendizagem e com as reformulações curriculares.

Peres e Nottingham (2002) destacam que “a educação está inserida em um contexto social. Sua qualidade e eficiência dependem da relação com esse contexto... Precisamos observar o movimento em que se encontra a sociedade, envolver a escola nesse movimento, contextualizá-la para que a busca por soluções esteja relacionada a necessidade real... A sociedade atual sugere que o estudante seja alguém que constrói seu conhecimento, alguém flexível, que sabe lidar com suas necessidades de maneira criativa e que seja curioso”. Nesse sentido, devem ser criados novos modelos metodológicos, que se repense qual o significado da aprendizagem, onde haja espaço para que se promova a construção do conhecimento, garantindo assim a supremacia em termos de melhoria nestes estabelecimentos de ensino, garantindo aos futuros profissionais e cidadãos o direito a um ensino de qualidade.

3. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A PÓS-GRADUAÇÃO

Geralmente, os profissionais que participam da administração das instituições de ensino superior são minoria, mas têm acesso a uma infinidade de informações relevantes, relacionadas ao foco de sua área de atuação. No entanto, quanto maior a organização, mais complexo se transforma seu processo de comunicação intra e inter-organizacional e a disponibilidade e o acesso às informações no tempo certo torna-se, muitas vezes, uma realidade distante. Nesse contexto, as próprias instituições têm sofrido a pressão da comunidade, com cobranças de respostas em relação ao seu desempenho e contribuição para o processo de educação do país.

Diante desses fatos, surge a necessidade que as IES façam um auto-avaliação, no sentido de verificar se seu projeto institucional é efetivamente colocado em prática e se seu modelo de política acadêmica, por meio dos projetos pedagógicos dos cursos, realmente alcança as práticas de sala de aula. Essa avaliação da qualidade, geralmente ocorre através de um processo de avaliação institucional. Esse deve ser um processo permanente, que deve envolver os principais agentes do projeto institucional, quais sejam: alunos, professores e funcionários.

Conforme relata o CRUB (1998), o êxito de uma instituição está largamente condicionado pelo investimento que faz na avaliação de si mesma, de seus processos e de seus resultados e do realismo dos objetivos a que se propõe, em face da construção de uma sociedade concreta, respondendo a necessidades presentes e projetando caminhos para o futuro. A avaliação deve ser contemplada como requisito básico de qualquer instituição comprometida com os ideais de uma educação de qualidade, visando alcançar no mínimo um desempenho satisfatório no que se refere ao ensino e a pesquisa, por meio de seus programas de graduação ou pós-graduação.

Com relação a pós-graduação, foco desse trabalho, um dos fatores que pode determinar o futuro e o sucesso de uma IES é a adoção estratégica de um programa atualizado, de alta qualidade, de caráter interdisciplinar, integrado com a graduação, e que leve em conta as atuais necessidades de transformação da sociedade e de suas organizações institucionais, cada vez mais complexas dos pontos de vista tecnológico e gerencial. Defendendo uma pós-graduação mais autônoma, Prates (1997) afirma que “é preciso ter sempre em mente que a pós-graduação, em particular a de *stricto-sensu*, não é uma mera ação programática como é a graduação voltada às profissões regulamentadas por lei. Universalmente a pós-graduação tem caráter solidamente livre, exatamente para permitir a experimentação e a formação do espírito de investigação criativa e de crítica intelectual. É o que se observa de maneira clara nos países mais civilizados, onde não se admitem organismos estatais centralizadores e normalizadores da atividade de pós-graduação, que é privativa da necessária autonomia universitária”.

Nesse sentido, pretende-se promover a remoção rápida dos obstáculos institucionais, para que a pós-graduação possa se reposicionar em balizamentos voltados para as atuais necessidades de evolução da sociedade. Sendo assim, por meio de uma boa e criteriosa política de avaliação interna juntamente com as informações externas, é que se pode planejar rigorosos mecanismos de apoio a estratégia de uma pós-graduação sintetizada com a realidade requerida.

3.1. A pós-graduação brasileira

Atualmente, a pós-graduação brasileira se encontra concentrada nas IES estatais, onde a perspectiva é a de formação de quadros docentes e de pesquisadores, geralmente para elas próprias e para outras instituições oficiais de ensino e pesquisa. Nessa linha, o poder normativo e de apoio decorre fortemente da CAPES, fundação de direito público que, como

indica o próprio nome, visa o aperfeiçoamento de pessoal do ensino superior. A CAPES foi criada em função da escassez de recursos humanos especializados que se verificava nas décadas de 1960 e 1970, em especial docentes titulados para as universidades federais. Naquele período, a CAPES operou com eficácia e eficiência e, numa ação fortemente complementada pelo CNPq, atingiu com plenitude e competência seus objetivos (Prates, 1997). De acordo com a Portaria Ministerial n.º 1.418, de 23/12/98, ela condiciona a validade nacional dos diplomas de pós-graduação *stricto sensu* ao mérito reconhecido na avaliação da CAPES, que é procedida por consultores especializados das diversas áreas do conhecimento, atuantes no magistério superior e na pesquisa. As avaliações concentram-se nos seguintes aspectos, no que tange aos resultados dos processos de avaliação:

- ? É efetuada por programas e os conceitos distribuídos entre 1 e 7;
- ? Conceitos superiores a 5 somente são atribuídos a programas com elevado padrão de excelência e que tenham cursos de doutorado;
- ? Os programas que oferecem apenas cursos de mestrado podem obter conceito 5, no máximo;
- ? Os programas que receberem conceitos 1 e 2 deixam de ser recomendados pela CAPES;
- ? Os resultados das avaliações de todos os programas são encaminhados ao Conselho Técnico Consultivo - CTC, da CAPES e ao Conselho Nacional de Educação - CNE, para homologação e, em seguida, ao Ministro de Estado da Educação para o ato de reconhecimento, que é necessariamente publicado no Diário Oficial. (CAPES, 2002).

No caso da qualificação docente, a CAPES determina que "a habilitação para o exercício do magistério superior deve ser obtida em programas de Mestrado ou Doutorado (artigo 66 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - n.º 9.394, de 20/12/96). Mas, havendo escassez de pessoal qualificado é admitida a docência, sem o título *stricto sensu* (artigo 52, inciso II, da LDB). Todavia, as instituições tendem a contratar mais Mestres e Doutores, porque a qualificação do corpo docente é fator importante na avaliação institucional, quando do credenciamento, ou renovação, além de que, até para lecionar na educação básica, é exigida licenciatura plena" (CAPES, 2002).

Pelo Parecer nº 14/70 C.E.S., aprovado em 27/01/70 (Proc. 1.608/69-C.F.E e Proc. 4.577/69-M.E.C.) determina-se o seguinte (em Prates, 1997):

"No que se refere aos cursos de pós-graduação, as instituições são livres para criá-los independente de autorização prévia. A falta de credenciamento não torna irregular ou ilegal seu funcionamento. Apenas não gozam das prerrogativas que a lei concede aos títulos de Mestre e Doutor conferidos por cursos credenciados pelo Conselho Federal de Educação."

Somente os diplomas de mestre e doutor fornecidos por cursos credenciados possuem validade nacional e gozam das prerrogativas que lhe são conferidas pelo Decreto-lei nº 465, de 11-02-69. Ou seja, no mínimo a instituição precisa ter um conceito 3, que lhe dê condições suficientes de qualidade, para ser reconhecida como uma instituição séria e idônea, a ser contemplada com o seu enquadramento entre as instituições reconhecidas pela CAPES, que poderão ter o privilégio de ter seus direitos homologados por órgãos públicos da educação brasileira.

Observa-se desta maneira, a importância e a necessidade da avaliação de órgãos externos, que determinem o credenciamento ou não de um curso de nível *strictu sensu*, ou seja, um mínimo de qualidade exigido para gozar de direitos diferidos por esta lei.

Diante destes propósitos, Prates (1997) salienta que a universidade privada brasileira, que ainda tem, na média, uma pós-graduação incipiente, mas que está desenvolvendo apreciável esforço no seu aprimoramento acadêmico-institucional, vem sendo demandada pela sociedade

a oferecer uma pós-graduação atualizada e moderna, espaço que dificilmente será ocupado pelas universidades estatais. Para tanto, é preciso que a universidade privada se diferencie, analisando de forma crítica os critérios oficiais vigentes, estabelecendo critérios próprios voltados às atuais necessidades sociais, em que se ressaltem a alta qualidade acadêmica e a diferenciada experiência com o social, assumindo assim, as responsabilidades que lhe são outorgadas pela autonomia universitária.

Frente a essa análise, a universidade privada deve almejar, com o intuito de diferenciação, a adoção de uma política e cultura da qualidade, desenvolvendo meios e técnicas que a coloque nos patamares, em nível de excelência, entre as melhores pós-graduações brasileiras, correlacionados aos investimentos em tecnologia de ponta e o conhecimento gerado pelas suas atividades afins.

3.2. Avaliação institucional para melhoria da gestão e do ensino

O sucesso de uma instituição está condicionado à sua capacidade de percepção, de uma análise crítica em enxergar sua realidade interna, o que inclui sua organização, sua dinâmica e vinculação com o meio social em que se insere e ao qual deve apresentar respostas, investindo na sua auto-avaliação, em seus processos e resultados e, a partir disso, no realismo dos objetivos a que se propõe.

Ximenes (2000) destaca a importância da avaliação institucional para a análise da presença do curso no campo científico e perceber, assim, qual sua participação, em termos nacionais, na produção de conhecimentos, quebrando visões endógenas que turvam a visão da realidade. O autor afirma também que é preciso que se faça avaliação externa, buscando assim referenciais exógenos, destacando seis noções básicas que devem ser levadas em consideração, em qualquer processo de avaliação institucional:

- *Legitimidade*: a avaliação deve ser reconhecida e aprovada pela comunidade acadêmica, como instrumento indispensável de melhoria da qualidade acadêmica e aperfeiçoamento do projeto institucional;

- *Utilidade*: a avaliação tem que gerar informações relevantes e conectadas ao objetivo de aprimoramento da qualidade do objeto avaliado; antes de se decidir pela coleta das informações, deve-se indagar se são úteis, ou seja, se podem gerar interpretações pertinentes;

- *Viabilidade*: a execução do processo avaliativo, ou seja, procedimentos, instrumentos, custos, etapas e cronograma tem que se mostrar viáveis; para que isto ocorra, cada um dos tópicos destacados, como procedimentos, instrumentos, custos, etapas e cronograma, precisa ser bem elaborado e ter condições exequíveis de realização. Desse modo, a avaliação institucional conquista a credibilidade necessária ao andamento de suas atividades;

- *Precisão*: a avaliação tem que ser precisa, ou seja, os conceitos, variáveis, indicadores e índices devem ser elaborados de maneira clara;

- *Visibilidade*: o processo de avaliação institucional tem que ser transparente, ou seja, a sua definição e o seu desenvolvimento devem ser visíveis a todos os interessados, avaliadores e avaliados, sendo fundamental que a comunidade acadêmica acompanhe os procedimentos e resultados da avaliação;

- *Ética*: a avaliação não deve agredir autoritariamente os valores das pessoas ou das instituições. Isto não significa imutabilidade, mas respeito a valores que são considerados importantes. Através do tempo, as conseqüências da avaliação poderão acarretar mudanças nos valores, o que pode ser extremamente salutar para o desenvolvimento institucional.

Nesse sentido, qualquer entidade prestadora de serviços educacionais, carece em ser avaliada de acordo com um conjunto de métodos e parâmetros que acuse suas principais falhas, e assim possa ser determinado o seu desempenho, para que medidas retificadoras

venham a ser implementadas com a finalidade de atribuir melhorias, alinhando os possíveis desvios apresentados.

Sendo assim, o projeto institucional e a avaliação devem estar intimamente relacionados, pois "é através dos fatores determinantes deste projeto que a avaliação institucional deve atuar. Fatores estes que se traduzem em políticas acadêmicas e projetos pedagógicos. De qualquer forma, a avaliação existe para avaliar algum parâmetro estabelecido, tanto no seu nível mais geral de missão institucional, como em seu nível mais específico de projeto pedagógico, sempre indissociadamente. Somente a partir desta intrínseca ligação, é que a avaliação institucional nas universidades pode ir adiante no seu desafio de ser um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, de ser parte integrante do processo de planejamento da instituição e de prestar contas à sociedade" (Ximenes, 2000).

3.3. O programa de avaliação institucional de uma Universidade Privada

O percurso da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), cuja mantenedora é o Instituto Educacional Piracicabano, no que se refere à Avaliação Institucional, tem sido longo e rico considerando que a instituição propôs-se a, desde o final da década de oitenta, construir um projeto institucional capaz de oferecer os parâmetros necessários à formulação de uma política de avaliação institucional.

Dadas essas características, a avaliação surge como aliada indispensável de projetos educacionais críticos, ao colocar em evidência o compromisso do ensino com a construção da cidadania, constituindo em um processo com características educativas e emancipatórias, alinhado a especificidade e a identidade das instituições confessionais, onde "a construção do conhecimento e a prática da ciência não podem estar separadas de uma contínua, geral e institucionalizada interrogação sobre o seu sentido" (Programa de Avaliação Institucional da UNIMEP, 2000).

O objetivo geral do Programa de Avaliação Institucional da UNIMEP é funcionar como instrumento de reorientação das ações acadêmicas e administrativas, referenciadas no projeto institucional que prevê a universidade em diálogo com a realidade estrutural e conjuntural da região e do país (Programa de Avaliação Institucional da UNIMEP, 2000). Ainda de acordo com o programa, seus objetivos específicos são: instituir a avaliação como um processo permanente; desenvolver uma cultura em que a avaliação seja um espaço de reflexão e mudança das ações institucionais; avaliar a relação entre as práticas cotidianas do curso, seu projeto pedagógico e a Política Acadêmica; e instituir a avaliação como instrumento de informação, planejamento e de gestão.

Outra questão a ser levada em consideração, diz respeito a prática avaliativa, sendo o caminho para aproximar ações particulares do projeto institucional, orientando ações, corrigindo-as e aprofundando-as, tendo como parâmetro principal o Projeto Pedagógico, consubstanciado na materialização do processo de ensino e em seu processo administrativo.

A prática avaliativa deve considerar as características e analisar a qualidade do atual processo de ensino, como elementos constitutivos para novas estratégias pedagógicas e (re) construção permanente das metodologias de ensino que efetivam o ensinar e o aprender, onde alguns elementos podem ser claramente definidos no contexto da universidade (Avaliação Institucional - Referências e Encaminhamentos, 2001):

- o *locus* onde se realiza a avaliação institucional é o curso com projeto pedagógico aprovado;
- os documentos institucionais que referenciam o trabalho são a política acadêmica da universidade, as políticas dela decorrentes e os projetos pedagógicos dos cursos;

- os elementos centrais da vida universitária na sua dimensão particular são o ensino, a pesquisa e a extensão que, na sua indissociabilidade, se sustentam em articulação com o processo administrativo;
- a questão da qualidade está diretamente vinculada ao equilíbrio entre o ensino, a pesquisa e a extensão, na medida em que oferece aos egressos de seus cursos, possibilidades de interferência significativa na sociedade, alicerçada numa competente visão profissional, humana e científica para o exercício pleno do compromisso com a cidadania;
- o processo administrativo é concebido em sua amplitude de gerenciamento institucional e entendido para além dos aspectos apenas operacionais.

A avaliação institucional proposta pela UNIMEP procura se diferenciar do modelo desenvolvido pela avaliação de cursos do MEC, embora a considere, buscando não apenas uma avaliação de desempenho de cursos, mas a avaliação da instituição mediante os cursos, não realizando uma avaliação isolada, mas de forma efetiva, na dimensão dialética das unidades em sua relação com o todo, ou seja, o curso em interface com as dimensões institucionais e valorativas da universidade.

Com relação a avaliação da pós graduação, o curso de mestrado em engenharia de produção é o único curso de pós graduação em avaliação nesse momento. O curso foi implantado em 1994, contando hoje com 11 professores em tempo integral atuando no curso e aproximadamente 90 alunos matriculados no mestrado (entrada de 30 alunos por semestre). Nesse momento, estão sendo levantadas as informações dos alunos por meio de um questionário com 40 questões. Esse questionário foi desenvolvido após 5 revisões, considerando discussões com o Comitê Central de Avaliação Institucional, sugestões do Conselho de Curso e realização de um pré-teste com uma amostra de aproximadamente 10% dos alunos. Após essa coleta de dados sobre a avaliação feita pelos alunos, a fase seguinte é o desenvolvimento e aplicação do instrumento para avaliação dos professores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da qualidade surge como problema socialmente significativo quando os resultados ou "produtos" que se obtêm das instituições de ensino superior deixam de corresponder as expectativas dos diferentes grupos e setores que delas participam. É nesse sentido que se almeja, como benefícios do processo apresentado, poder ser indicados a organização dos processos internos, implicando na padronização das rotinas de forma a assegurar que os processos são conduzidos como estabelecidos em uma documentação que está perfeitamente adequada à instituição e suas sub-unidades, de forma a trazer benefícios diretos aos alunos, quanto ao mercado de trabalho e sua inserção na sociedade.

Nesse sentido, a qualidade deve ser uma preocupação constante de todos os agentes internos e externos às IES, que devem adequar-se as exigências desses agentes, buscando qualidade no ensino e de sua gestão, adequado não apenas a um determinado setor da economia, mas concatenado a toda sociedade. Para isto, deve-se aprimorar a metodologia de avaliação, para que decisões fundamentais e necessárias possam ser tomadas com pequena margem de erro.

O uso da avaliação institucional permitirá a realização de um diagnóstico da instituição por meio do conhecimento da situação e o quanto deve-se percorrer para implementar um sistema de melhoria da qualidade. Na prática avaliativa atual, é de extrema importância que a instituição desenvolva características próprias quanto ao método avaliativo empregado e a implantação de um plano que venha dinamizar a melhoria deste processo, procurando ir além das exigências dos órgãos externos, mas fomentando meios e recursos que diferenciem a instituição na promoção de novas melhorias, construindo indicadores para uma verdadeira

análise da realidade institucional. Outros fatores relevantes desse estudo são temas que serão ressaltados posteriormente em um trabalho futuro, uma vez que o processo de avaliação ainda encontra-se em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAPES. Questões mais freqüentes sobre a Legislação da Pós-Graduação: banco de dados. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/legislacao/faq.htm>. Acesso em: 05 fev. 2002.
- CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Reunião plenária. Termo de referência: uma agenda para a década da educação. Porto Alegre, 1998.
- FORGRAD. O currículo como expressão do projeto pedagógico: um processo flexível. Niterói, maio, 2000.
- FREITAS, T. S., AMORIM, T. N. G. F. Diretrizes Curriculares x Flexibilização...Aonde vamos? Realmente queremos ir? In: Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração, 2000, Salvador. Anais... Salvador, 2000.
- LAS CASAS, A. L. Qualidade total em serviços. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LOPES J. A., SILVA M. B. Sistema de gestão da qualidade total, com ênfase em normalização, aplicado às instituições de ensino superior de engenharia. [Ouro Preto]: Cobenge: 2000. CD
- PERES, F. M. de A., NOTTINGHAM, P. C. NOVAS Tecnologias Trazem Inovações Pedagógicas?: banco de dados. Disponível em: <http://www2.insoft.softex.br/~projead/rv/flavia.htm>. Acesso em: 05 fev. 2002.
- PRATES, M. Algumas Considerações Críticas Sobre A Pós-Graduação Brasileira Transinformação, São Paulo, v. 9, nº 2, maio/agosto, 1997.
- RAMOS, C. A escola de qualidade total. Informativo PBQP, v. 3, 1992.
- RODRIGUES, J. S., FIGUEIREDO NETO, L. F. Gestão da qualidade total no ensino superior: possíveis aplicações. Revista de Ensino de Engenharia, v.19, n.2, p. 21-26, 2000.
- SILVA, P. A. L.; FAJARDO, L. V. Metodologia para implementação de um sistema da qualidade, baseado na NBR ISO 9002, em instituições de ensino superior. [Ouro Preto]: Cobenge: 2000. CD
- UNIVERSIDADE PÚBLICA E PARTICULAR: pensar e agir para o futuro. Revista Agitação, nº 32, p.36-41, 2000.
- XIMENES, D.A. Avaliação institucional: compreensão global da universidade - teoria e prática. Revista Brasileira de Administração, nº 29, Brasília, DF, Julho, 2000.

INSTITUTIONAL ASSESSMENT IN A PRIVATE UNIVERSITY: CONSTRUCTION OF THE PROPOSAL – EMPHASIS IN THE POST GRADUATION

Abstract: *The objective of this work consists in a discussion of an institutional assessment proposal which could effectively contribute to quality improvement in higher education institutions, especially in graduation courses. This work considers the current changes in the higher education scenario. It also discusses the need of quality evaluation through institutional assessment programmes. The paper also emphasizes the search for achieving better quality education as well as the process of institutional assessment to enhance academic management and education in higher education institutions.*

Key Words: Institutional Assessment, Post Graduation, Quality Management.